

Historiografia e problematização sobre a *pólis* e a política dos atenienses

Historiography and problematization on the polis and the politics of the Athenians

MORALES, F. A. *A democracia ateniense pelo avesso: os metecos e a política de Lísias*. São Paulo: Edusp, 2014. 392 p.

Mariana Figueiredo Virgolino*

Recebido em: 30/04/2016

Aprovado em: 30/05/2016

Desde a década de 1980 há um esforço por parte dos historiadores franceses para a renovação dos trabalhos focados na análise dos discursos e das estruturas e instituições políticas, defendida especialmente por nomes como Serge Bernstein, René Rémond, entre outros. Tais autores traçaram verdadeira crítica ao abandono do político dada à influência dos *Annales*. Todavia, se considerarmos especialmente o estudo das ideias políticas, o campo se manteve bastante vivo entre pesquisadores de língua inglesa, como J. A. Pockok, Quentin Skinner e John Dunn (a chamada Escola de Cambridge). Compreender o desenvolvimento dos estudos sobre política e cultura política na França e na Grã-Bretanha é necessário para analisar as influências que tais estudos exercem sobre as investigações ligadas à História Política realizadas atualmente no Brasil. Desde os anos 1990 as monografias, dissertações e teses sobre a temática política têm se tornado mais numerosas, atraindo grande número de pesquisadores, notadamente sobre enfoques que permitam construir confluências entre política e cultura

No que tange aos estudos clássicos, mais especificamente ao helenismo, a década de 1980 foi marcada por análises ligadas à religião grega e suas espacialidades. Todavia, a ênfase demasiada nos aspectos culturais da Grécia Antiga foi sentida e os helenistas voltaram-se, nos últimos trinta anos, ao questionamento de conceitos e ideias entendidos

* Doutoranda em História pela Universidade Federal Fluminense, sob orientação do Prof. Dr. Alexandre Carneiro C. Lima. Bolsista do CNPq e pesquisadora do Núcleo de Estudos de Representações e de Imagens da Antiguidade (NEREIDA/UFF).

como fundamentais para o estudo das sociedades helênicas através do tempo, quais sejam: *pólis* e política. E é nesta seara que se insere o livro baseado na dissertação de mestrado de Fábio Augusto Morales, objeto da presente resenha. A obra, portanto, está coadunada aos debates que ocorriam na história e nos estudos helênicos nos anos 2000: o debate sobre o que é a *pólis*, o questionamento sobre as ideias políticas em Atenas e a inquirição sobre a construção de identidades sociais.

A reflexão sobre a cidade antiga grega pode ser traçada desde Fustel de Coulanges, abarcando ainda Gustave Bloch, Michael Rostovtzeff e, a partir da década de 1990, Mogens H. Hansen e Kostas Vlassopoulos e, no Brasil, Marta Mega de Andrade, sendo esta historiadora a principal inspiração para o trabalho de Morales, uma vez que pretende pensar a política ateniense em seu cotidiano. Conforme o prefácio escrito por Norberto Guarinello, a intenção do livro é instigar a reflexão sobre a *pólis*, entendendo-a como uma construção discursiva tanto na Antiguidade quanto nos dias de hoje. Destarte, através da análise de uma série de discursos atribuídos a Lísias, orador meteco que habitou Atenas durante o Período Clássico, o livro defende que a democracia ateniense era mais inclusiva do que a historiografia supõe. Morales perscruta o *corpus lysiacum*, mostrando que mais que um conjunto de cidadãos, a *pólis* e a participação política em Atenas após a Guerra do Peloponeso envolviam a presença de não cidadãos em seus espaços e nos tribunais.

No tocante à estrutura, o livro se divide em três tópicos, cada qual com dois capítulos. Na introdução o autor revela os pontos que abordará em seu texto: a participação dos metecos na vida política ateniense e na democracia na virada do V para o IV século a.C., e as questões que se relacionam a essa temática, entre elas a identidade/alteridade dos cidadãos e estrangeiros residentes, o processo de inclusão/exclusão das instituições políticas e, principalmente, o questionamento de conceitos tão utilizados no estudo da Grécia Antiga como *pólis* e *política*. Morales coloca em xeque a classificação da *pólis* como corpo de cidadãos, salientando suas tensões e conflitos. Para tanto, enfatiza o ponto de vista dos metecos e, através desse deslocamento político, ao abordar a democracia ateniense por seu “avesso”, discute o conceito de *pólis* e tenta propor uma nova visão sobre a política ateniense.

O primeiro tópico do livro é *Historiografia* e o capítulo que o inicia é: *Cidades invisíveis: historiografia sobre a pólis ateniense*, no qual são revisitados posicionamentos sobre o que é a *pólis*, indo desde as definições aristotélicas até as mais recentes, que questionam a história da Grécia Antiga como uma história das *póleis* gregas. Segundo Morales, é possível identificar 6 modelos paradigmáticos elaborados sobre a *pólis* nos últimos dois séculos, tendo como referência a questão do pertencimento ou não ao corpo de cidadãos. Seriam eles a cidade religiosa (Fustel de Coulanges e François de Polignac),

a cidade consumidora (Karl Rodbertus, Karl Bücher Max Weber e Moses Finley), a cidade moderna (E. Meyer, M. Rostovtzeff e K.Vlassopoulos), a cidade de classes (Ellen Wood, Utchenko, Ste. Croix), a cidade institucional (Gustave Glotz e Mogens Hansen) e a cidade filosófico-existencial (Louis Gernert e Jean-Pierre Vernant). Essas abordagens teriam em comum dois pontos fundamentais: não questionam o fato de a História da Grécia Antiga ser escrita como uma *história da pólis* e tratam a *pólis* como sinônimo de uma comunidade de cidadãos. Novos trabalhos surgiram na década de 1990, a exemplo da abordagem de Josiah Ober. Ainda, é com Marta Mega de Andrade e sua visão do *cotidiano ateniense*, que objetiva ultrapassar os limites ideológicos e as dualidades presentes nas construções sobre a *pólis* ateniense, que as ideias de Morales mais se coadunam. Andrade, em seu livro *A Vida Comum: espaço, cotidiano e cidade na Atenas Clássica*, editado em 2002, propõe que as representações da *pólis* como uma “cidade dos cidadãos” são tentativas de controle do espaço social. Para ela, os argumentos de Aristóteles e Platão sustentam a ideia de que a noção da *pólis* como uma cidade de cidadãos entrava em conflito com as obrigações dos cidadãos nas interações comuns. Na politização da vida cotidiana, os cidadãos teriam seus privilégios confrontados, e os espaços da cidade eram palco de negociações e projetos de controle dos cidadãos. Ainda, Morales aponta críticas à visão de Andrade, afirmando que a historiografia e seus modelos para a *pólis*, até então, não dão conta da sociabilidade dos metecos e das maneiras pelas quais eles poderiam participar da cidade de forma política.

O segundo capítulo trata da historiografia sobre os metecos em Atenas. Morales produz um mapeamento dos estudos realizados nos séculos XIX e XX, concluindo que o paradigma integração econômica/exclusão política é a possível matriz dos modelos historiográficos de análise do meteco ateniense. A variação nos trabalhos está na diferença sobre o estatuto do meteco como excluído ou privilegiado economicamente. Morales critica a historiografia tradicional por tomar as prescrições cívicas como informações imediatas da realidade social, sem analisar as fissuras presentes nos discursos. O autor defende que a *pólis* deve ser analisada como uma construção discursiva, que é necessário avaliar as lutas e tensões contidas nos documentos escritos dos atenienses e estrangeiros residentes.

O terceiro capítulo inaugura a segunda parte do livro, *Fontes*. Inicia-se, portanto, o debate sobre o *corpus* documental, os discursos de Lísias. Morales discorre sobre a autenticidade dos discursos, a biografia do orador, a transmissão de seus textos ao longo dos anos e a importância da logografia como meio de participação política dos não cidadãos de Atenas. Apesar das dúvidas que recaem sobre a autoria e a datação dos textos, os argumentos inseridos nos discursos figuravam nos debates políticos dos tribunais, questionando os valores políticos da *pólis*. As análises realizadas por

historiadores focados na Grécia Antiga, até então, não teriam calculado o aspecto político presente na elaboração de discursos que continham em si valores políticos que seriam propagados em espaço público. Mesmo helenistas contemporâneos, como Mogens H. Hansen (HANSEN; NIELSEN, 2004), limitariam a política às instituições governamentais da *pólis*, posição contra a qual Morales se coloca.

A temática do quarto capítulo recai sobre os espaços tal como representados nos discursos. Para Morales, o discurso não é apenas uma fala, mas faz parte de um movimento de apropriação discursiva do espaço ao compelir valores e classificações sobre os espaços concretos. Os discursos sobre o espaço tentariam, portanto, impor certas práticas a determinadas espacialidades, ou seja, esforçam-se por regular comportamentos sociais. Assim, é possível acessar determinadas práticas espaciais de uma sociedade, no caso em tela a Atenas clássica, por meio da análise textual. Na primeira metade do capítulo, o autor foca nos usos políticos do espaço em Atenas, considerando 4 referenciais: o porto, a casa, a rua e os tribunais. Para cada um deles Morales faz uma discussão historiográfica seguida da análise da política em cada um, propondo-se a discutir uma *politização pelo avesso* do espaço urbano, tendo como ponto de partida os textos de Lísias. No que tange aos tribunais, o autor os entende como local de produção de memória, identidade, teoria e críticas políticas, pois a elaboração de discursos não estava restrita aos cidadãos. Assim, vê-se uma participação ativa dos metecos na vida política ateniense.

A terceira parte do livro, *Questões*, começa com o quinto capítulo, no qual Morales problematiza a política a partir de duas discussões: 1) das relações entre política e poder; 2) das relações entre política e liberdade. Ele propõe que a política seja vista como prática de liberdade, mas que não se despreze o Estado e as relações de poder em seu estudo. São abordadas as noções de Agnes Heller e Henri Lefebvre sobre cotidiano, e as concepções de Max Weber e Michel Foucault sobre a política e o poder. Outros autores utilizados por Morales são Hannah Arendt (e sua definição de política como ação e liberdade), Michel de Certeau (o cotidiano como momento de luta e de tensão) e Norberto Guarinello (o cotidiano como *presentificação*), além de retornar a classicistas como Josiah Ober, Moses Finley e Mogens H. Hansen. Morales realiza críticas às abordagens desses autores, ao mesmo tempo que tira deles a inspiração para dar uma definição do *cotidiano* como o tempo-espaço possível da política dos não cidadãos. Essa se realizaria no cotidiano por meio da contestação e da produção de novas hierarquias e conteúdos nas relações sociais. Através da análise do *corpus lysiacum* é possível perceber que os discursos proferidos nos tribunais e alhures produz uma memória em que os metecos figuram como elementos ativos na restauração democrática após a Tirania dos Trinta. A logografia permite o estudo do cotidiano judiciário ateniense, sendo um meio de pensar a participação política cotidiana

dos não cidadãos. Tal como Andrade, Morales vê o cotidiano como dimensão específica da vida, como construção permanente nas representações e nas práticas. O cotidiano é, nesse entendimento, uma dimensão na qual os privilégios cívicos não estavam solidificados, onde a liberdade dos não cidadãos escapava à regulamentação da cidadania. A *pólis*, segundo Morales, seria um “trabalho morto” (estrutura, passado), precisando ser “vivificada” pela ação social realizada por indivíduos ou grupos que visam à reprodução da *pólis*. Através das brechas, momentos de vivificação do “trabalho morto” da *pólis* (por exemplo, os discursos processuais dos tribunais, que evocavam os valores da cidade), os não cidadãos tinham acesso a essa reprodução/questionamento da cidade e seus valores através da logografia, da filosofia, das interações sociais nas ruas, nas casas, propondo outros usos dos espaços e outras identidades, fomentando *heterotopias* contra o monopólio cívico.

No sexto e último capítulo propõe-se uma análise sobre a *pólis* ateniense e a reprodução de suas instituições sob um ponto de vista que abranja as relações entre seus habitantes. A historiografia sobre Atenas enfoca as instituições, não tratando de seu caráter subjetivo ou das ações políticas realizadas por meios não institucionais. Morales conclui seu livro propondo que o termo *pólis* seja inserido no estudo de um movimento mais amplo da sociedade, que destaque a maneira como as contradições agem no nível discursivo, propondo a troca do enfoque institucional para o social, de forma que essa noção possa dar conta das tensões presentes no cotidiano.

O livro funciona como uma análise densa sobre a historiografia da *pólis* ateniense. Apesar de questionar a conceituação corrente sobre *pólis* e política, peca especialmente por questionar o sentido dos dois conceitos citados ao ter em mente apenas a política ateniense, ou seja, esses novos sentidos trariam consigo uma perspectiva que não abarcaria a Hélade, mas uma *pólis* específica. De fato, o atenocentrismo reinante nos estudos sobre o helenismo raramente tenta abordar a política de outras cidades gregas. Todavia, devemos ressaltar que a crítica à historiografia elaborada por Morales é pertinente, e que seu trabalho traz frescor, sendo uma boa contribuição à produção nacional sobre política na Grécia Antiga, bastante escassa se compararmos aos numerosos trabalhos sobre cultura, que são publicados com maior frequência.

Referências

- ANDRADE, M. M. *A vida comum: espaço, cotidiano e cidade na Atenas Clássica*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- HANSEN, M.H.; NIELSEN, T.H. *An Inventory of Archaic and Classical Poleis*. Oxford: Oxford University Press, 2004.